

RESOLUÇÃO Nº 054/99

(Publicada no Diário Oficial de 31/12/1999)

Ratificada e Alterada pela Resolução nº 21/04.

Alterada pelas Resoluções nºs 14/10 e 29/17.

Ver Resolução nº 012/19, que alterou a titularidade da empresa para uso dos benefícios.

Ver a Resolução 75/20, que prorrogou o prazo de fruição dos benefícios previsto nesta Resolução 54/99, por mais 6 (seis) meses, no período de janeiro a junho de 2021, mantidas as demais condições.

Fixa o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido pela HENRICH & CIA LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1º, do art. 6º da Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1998 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Conceder à HENRICH & CIA LTDA., instalada neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido – fixa a partir de 1º de maio de 2010, em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela HENRICH & CIA LTDA., CNPJ nº 89.238.133/0013-48 e IE nº 151.990.384NO, nas operações de saídas de calçados, artefatos de couro e componentes para calçados.

Nota: A redação atual do inciso I do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 14, de 27/04/10, DOE de 05/05/10, efeitos a partir de 05/05/10.

Redação anterior, efeitos até 04/05/10:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela INDÚSTRIA DE CALÇADOS CONCEIÇÃO DO ALMEIDA LTDA., CNPJ nº 06.653.518/0001-00 e IE nº 64.170.483NO nas operações de saídas de calçados, artefatos de couro e componentes para calçados."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 21, de 14/10/04, DOE de 19/10/04, efeitos a partir de 19/10/04.

Redação original, efeitos até 18/10/04:

"Art. 1º Fixar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, em 90% o percentual do crédito presumido a ser utilizado nas operações de saída de calçados, artefatos de couro e componentes de calçados pela HENRICH & CIA LTDA., a se instalar no município de Santo Antônio de Jesus, neste Estado."

Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção, até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto no Decreto nº 11.357/2008, que alterou o Decreto nº 6.734/97.

Nota: A Resolução 75/20 prorrogou o prazo de fruição dos benefícios previsto nesta Resolução 54/99, por mais 6 (seis) meses, no período de janeiro a junho de 2021, mantidas as demais condições.

A redação atual do *caput* do art. 2º foi dada pela Resolução nº 14, de 27/04/10, DOE de 05/05/10, efeitos a partir de 05/05/10.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 2º pela Resolução nº 21, de 14/10/04, DOE de 19/10/04, efeitos a partir de 19/10/04 até 04/05/10:

"Art. 2º O prazo de fruição do presente benefício é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado."

Redação original, efeitos até 18/10/04:

"Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção até 31.12.2012."

Art. 3º Fica autorizada a utilização de crédito presumido no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor das operações de venda para o exterior, com base no §10, do art. 1º do Decreto nº 6.734/97.

Nota: A redação atual do *caput* do art. 3º foi dada pela Resolução nº 29, de 21/11/17, DOE de 29/11/17, efeitos a partir de 29/11/17.

Redação originária, efeitos até 28/11/17:

"Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa."

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 1999.

BENITO GAMA
Presidente